

Falando De Direito

Publicação da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves
Ano 8 - nº23 - Julho, agosto e setembro de 2010

Em parceria com IAF, começa a 11ª edição do Curso de Juristas Populares



Depois de muita espera e expectativa, a 11ª turma do Curso de Formação de Juristas Populares começou a ser formada. A parceria com a Fundação Interamericana (IAF), órgão do governo americano, garantiu o funcionamento deste projeto – um dos mais importantes da Fundação – até 2012. Várias estratégias já tinham sido pensadas e foram diversas candidaturas para distintos programas de parceria, um trabalho árduo, voltado para que o Curso não ficasse um ano inteiro sem acontecer.

O envio do formulário para seleção de projetos aconteceu em 2009; em fevereiro deste ano, Amy Kirschembaum, responsável pelos projetos da América Latina, e Juliana Menucci, do escritório brasileiro de suporte à IAF, nos visitaram para conhecer melhor a instituição e o projeto. Em junho, outra visita, com integrantes da equipe de acompanhamento de projetos. O contrato foi assinado em agosto e as atividades foram iniciadas agora em setembro.

De acordo com Amy, a Fundação chamou sua atenção desde o momento em que apresentou o projeto escrito, por isso, programou a primeira visita: “Depois de conhecer pessoalmente, vi o compromisso do pessoal da Fundação e também dos ex-alunos do Curso”.

As inscrições foram abertas no dia treze de setembro e as atividades terão início ainda na segunda semana de outubro, com o Encontro Introdutório. Este primeiro momento apresenta a Fundação e a própria estrutura do Curso, coordenado pela

advogada Anna Izabella Chaves. O estudante Marcus Paulo Medeiros de Linhares foi o estagiário escolhido através da seleção pública realizada em agosto, com mais de cem inscritos.

O Curso apresenta outras mudanças além do calendário: em 2012, em parceria com o Serviço de Educação Popular (Sedup), as aulas serão ministradas em Guarabira, interiorizando o acesso à justiça. Também será realizada uma Ciranda do Direito, onde os (as) cursistas poderão interagir diretamente com a população, passando o conhecimento adquirido no curso de forma mais direta.



Conversa com Amy Kirschembaum

Falando De Direito: Como o Curso de Formação de Juristas Populares chamou a sua atenção durante a seleção na IAF?

Amy: O processo de seleção comporta a entrega da proposta à IAF e a visita de “pré-seleção”. Os dois elementos eram importantes para entender o impacto que o Curso de Formação de Juristas Populares tem nas comunidades. Em particular, lembro da conversa com os ex-alunos que falaram sobre suas experiências e o significado do curso para as organizações que representam e as

comunidades em que vivem.

FD: Como a IAF vê esse tipo de iniciativa de educação popular?

Amy: A metodologia de educação popular figura em muitos projetos que a IAF apóia no Brasil por ser uma maneira efetiva de ensino.

FD: Qual o maior motivo para a interiorização do Curso?

Amy: Inicialmente, a proposta da Fundação era de continuação do Curso. Durante a nossa visita, conversamos sobre a importância de fazê-la crescer. A Fundação tem aperfeiçoado o Curso, mas nos perguntamos: “que mais podemos fazer?” Falamos de várias alternativas e a Fundação retornou com essa proposta.

Quero ser Jurista Popular!

Clélia Lucia Ramalho Maranhão ficou sabendo do Curso de Juristas através do seu trabalho no Jornal A União. Desde o momento em que soube da proposta, quis participar. “Gosto de interagir com as pessoas, e o meu bairro, Cidade Verde, é muito desassistido”. Ela entrou em contato com a nossa equipe e tirou todas as dúvidas sobre a seleção. No dia seguinte, já tinha enviado sua ficha. “Eu quero aprender e

passar esse conhecimento adiante. Estou sempre disponível para aprender”, completa.

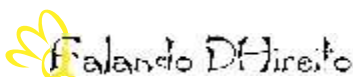
Clélia: iniciativa para participar e contribuir



Editorial

A candidatura de personagens estranhos ao cenário político nos tem causado distintas reações - as mais comuns, para horror dos políticos de carteirinha, são a simpatia e o protesto. Este é o caso do comediante Tiririca, candidato a Deputado Federal pelo estado de São Paulo, com discurso divertido, mas franco. É exatamente essa sinceridade que atrai eleitores inconformados com a política nacional, principalmente depois das dificuldades com o Ficha Limpa. Mas, para nossa surpresa, não somos os únicos: na Islândia, um comediante chegou às vias de fato e foi eleito prefeito da capital, Reykjavík, com propostas um tanto esdrúxulas. É a verdadeira expressão da democracia. As eleições sempre marcaram a vida dos brasileiros, principalmente as que envolvem os cargos em disputa neste ano. Com o aumento da participação popular em todas as etapas do pleito - não só no dia da votação - a campanha em torno da conscientização política cresceu consideravelmente. Protestar - de forma consciente - também significa pesquisar a vida dos candidatos e não se deixar comprar. Assim, poderemos avaliar melhor nossas possibilidades e votar, conscientemente, no candidato que quisermos. Seja comediante ou não.

EXPEDIENTE



Esta é uma publicação da
Fundação de Defesa dos Direitos
Humanos Margarida Maria Alves.
Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro
CEP: 58011-110, João Pessoa, PB.
Telefone/fax: 3221-3014
www.fundacaomargaridaalves.org.br
fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br
Jornalista responsável:
Andréia Martins (DRT 2998/PB)
Fotos: arquivo da entidade
Tiragem: 1000 exemplares
Apoio: Misereor
Impressão: F&A Gráfica e Editora

As minorias nas eleições brasileiras: expressão da democracia

Moisés Costa Neto,
Mestre e doutorando em Sociologia
pela UFPB

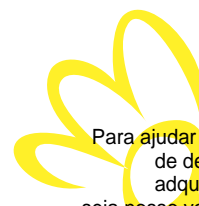
A partir de 1824, e durante todo o período monárquico no Brasil, a Constituição apontava o que se chamou de voto censitário. Tratava-se da definição dos cidadãos brasileiros aptos a votarem baseando-se, como critério, na renda. Embora alguns historiadores defendam que essa modalidade de sufrágio não era de todo excludente, posto que a boa parte da população ganhava mais de 100 mil réis, podemos imaginar quais eram os critérios para se candidatar a um cargo elegível nos poderes públicos.

A Constituição de 1988 garantiu não somente o voto universal como também a possibilidade do brasileiro ter acesso a cargos públicos durante os processos eleitorais. Tiririca, na atualidade, é o expoente máximo do hodierno avanço da democracia brasileira. Palhaço, humorista, desdentado, mestiço e, agora, suspeito de analfabetismo, como se essa condição se constituísse, nos meios de comunicação, em crime grave, Tiririca foi um dos candidatos mais votados nessas últimas eleições. Entretanto, para celebrar a festa da democracia, tivemos muitos outros personagens que, de fato, representam a pluralidade tão peculiar de nossas terras tupiniquins.

Negros, pobres, gays, lésbicas, travestis,

“A política está aberta, agora, como nunca, na história deste país, para todos os brasileiros”

transexuais, mulheres, cadeirantes e toda a miscelânea de pessoas que compõem a alteridade étnica, cultural, social e econômica brasileira, percebendo, um tanto tardiamente, as possibilidades de entrarem no jogo da política, mostraram a face para cerca de 190 milhões de pessoas. O que muitos podem chamar de “candidatos bizarros” nada mais são que o real poder inclusivo a que se propõe nosso sistema democrático de governo. Tiririca é a verdadeira celebração da festa democrática, já que revela que, para além do que dita nossa elite branca e escolarizada, a política está aberta, agora, como nunca na história deste país, para todos os brasileiros. Parabéns, Tiririca; parabéns a nossa democracia.



Quer contribuir com a continuidade dos nossos projetos?

Para ajudar a manter nossos programas de defesa dos Direitos Humanos, adquira um dos nossos produtos, seja nosso voluntário ou faça doações na

Conta 122749-1, Agência 0435-9, Banco Bradesco.

Degradação Ambiental e Voto Consciente são temas do Encontro Estadual da Rede de Juristas Populares



Trabalho: Juristas Populares se reuniram para discutir a degradação ambiental em seus núcleos

Degradação ambiental e voto consciente. Estes foram os assuntos centrais do Encontro Estadual da Rede de Juristas Populares, realizado no dia 12 de setembro no JR Hotel. Com a leitura conjunta do texto “A era das mãos entrelaçadas”, de Leonardo Boff, foram iniciadas as exposições, presididas por Cândida Moreira Magalhães, advogada, e Socorro Miranda, Jurista Popular, que justificou a ausência de Lúcia de Fátima Queiroga, que estava doente e também fazia parte da mesa. Foram expostos os diversos problemas ambientais de Santa Rita/Tibiri II, João Pessoa, Bayeux e Forte Velho, locais de atuação dos núcleos da Rede. Adeilson Carneiro Sales de Souza, representante da Fiscalização da Superintendência de Administração do Meio Ambiente (Sudema), Larissa Maria Ramos de Albuquerque e Anna Patrícia Ferreira de Araújo, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente

(Semam), estiveram presentes, anotando e avaliando as queixas, que foram desde o descarte inapropriado do lixo nas vias públicas até a degradação e poluição da nascente do Rio Jaguaribe. Para organizar melhor as observações, ficou combinado que, primeiro, os Juristas fariam suas exposições e, depois, seria a vez dos órgãos se pronunciarem.

De acordo com Adeilson, da Sudema, a fiscalização tem acontecido em todos os locais citados pelos Juristas, mas, realmente, é um trabalho bastante extenso e que “a defesa do meio ambiente é dever de todos, não só dos órgãos públicos”. Jozemir Eduardo da Silva, do núcleo de Forte Velho, lembrou da questão da carcinicultura naquela região. Adeilson disse que participou do embargo das empresas e acrescentou

que a própria Sudema teve de pagar pelos camarões que morreram. Outros exemplos foram colocados, e as representantes da Semam, Patrícia e Larissa, salientaram que o órgão tem fiscalizado e educado a população em conjunto com a Secretaria de Educação e a Sudema. Mas não foram só queixas. Os (as) próprios (as) Juristas falaram de suas experiências e dos efeitos que as atividades da Rede tem surtido na população. O futuro da Rede de Juristas também foi debatido, superficialmente, para dar lugar à palestra Voto Vendido, Povo Vencido, ministrada por Elci Ubarana Júnior e Gerson José da Silva, da Escola de Justiça Eleitoral, do TRE. Eles salientaram a importância do voto consciente e que a campanha educativa deve continuar, principalmente, nos anos não-eleitorais.



Juristas e palestrantes do TRE discutem a conscientização política

“Educação para a Saúde e o Meio Ambiente” pode ser estendido e Jardim Laranjeiras começa nova fase



Josélia exhibe o sabão produzido em casa, nova fonte de renda para sua família

O Projeto “Educação para a Saúde e o Meio Ambiente”, mantido pela BrazilFoundation, chega ao fim com saldo positivo em todos os sentidos: tirando proveito das oficinas de produção de Sabão Ecológico e de Associativismo, sete moradoras da Comunidade Unida, em Bayeux, estão se organizando para criar uma cooperativa de sabão feito de óleo de cozinha usado. Além disso, a Fundação Margarida Maria Alves conseguiu economizar quase 5 mil reais do valor total do projeto, que custou R\$ 30 mil, e está negociando, junto à BrazilFoundation, se poderá investir no estabelecimento dessa cooperativa.

Mas não é só a Fundação que está trabalhando: as próprias moradoras conseguiram máquinas para cortar e embalar o sabão. Além disso, elas também estão pensando em uma logomarca para identificar o produto e a sua

cooperativa. Quem mais comemora é Gustavo Leite Castello Branco, advogado responsável pelo desenvolvimento do projeto: “O interesse do grupo é uma vitória, algo louvável, porque vivem em situação de desesperança, tudo atenta contra o não tentar uma vida nova, uma condição melhor”.

As mulheres envolvidas são donas de casa, que cuidam de seus filhos e não tinham muita perspectiva de melhora. Para Gustavo, a disposição para a organização de uma cooperativa e a procura pelo maquinário é resultado direto da intervenção da Fundação.

Já no projeto de Regularização Fundiária do Jardim Laranjeiras, o levantamento topográfico e o cadastro sócio-econômico finalmente irão acontecer. A empresa selecionada foi a Cadastral Geo. No dia 10 de

setembro foi realizada a Segunda Assembléia de Moradores, onde o engenheiro responsável pela Cadastral Geo, o Sr. Marcondes, apresentou o passo a passo dessa etapa. A Coordenadora de Projetos da Fundação, Marcina Pessoa, falou sobre a importância da participação dos moradores neste processo, e orientou-os a receber bem os cadastradores e fornecer a maior quantidade possível de informações.

A Fundação calcula que, dentro da área que corresponde ao terreno da Cehap, existam cerca de mil e quinhentas famílias, mas os moradores afirmam que o número é maior. Além disso, são muitas as particularidades: terrenos maiores ou menores que o exigido para a regularização, duas famílias ocupando a mesma casa, a existência de comércio e de locais de culto religioso. A Fundação avaliará essas situações individualmente.



Moradores e moradores do Jardim Laranjeiras participam da Assembléia Geral

Novas estratégias de comunicação colocam Fundação em destaque

Não é novidade para ninguém que a Internet é uma porta aberta para o mundo, onde podemos nos comunicar e conhecer pessoas de todos os lugares. Assim, desde 2005, a Fundação mantém um site institucional, onde divulga suas atividades e notícias relacionadas aos Direitos Humanos. Em 2010, foi inclusa, no novo projeto trienal, a renovação desse espaço tão importante, pois o modelo anterior era bastante limitado. Essa remodelação trouxe mais oportunidades de interação, englobando os outros locais virtuais onde a Fundação se fez presente. É a prática do que os estudiosos da Comunicação chamam de Convergência. De olho nessa tendência, criamos contas, principalmente, nos sites de relacionamento virtual, que estão sempre em evidência. Desde o segundo semestre de 2009, possuímos perfil e comunidade no Orkut, onde reunimos novos amigos todos os dias. Já o Facebook e o Twitter vieram no início de 2010, mas já são muito



Novo layout do site da Fundação Margarida Maria Alves

bem acompanhados, melhorando a visibilidade da entidade, agregando, também, novos contatos e seguidores diariamente. Cada novidade da Fundação é veiculada em nosso site e em todos esses locais, fazendo com que a informação atinja uma maior quantidade de pessoas. Uma grande prova da eficiência dessas ferramentas foi a seleção 2010 para estagiário (a) de direito, que teve o maior número de inscrições para uma

seleção de pessoal da Fundação: cento e quinze candidatos (as). Assim, pudemos chamar mais atenção da imprensa, sensibilizando-a para a temática dos Direitos Humanos, um dos objetivos do Plano de Comunicação da entidade. Em uma breve pesquisa realizada com os sessenta e sete candidatos que compareceram à prova da seleção de estagiário (a) de direito, pudemos verificar que 80% soube do processo seletivo através do

nosso site ou por indicação de amigos, parentes ou conhecidos. 19% da divulgação ficou ao cargo de outros veículos de comunicação, como o portal de notícias Paraíba 1 e o JPB 1ª Edição. Os outros 1% tomaram conhecimento da seleção através do Twitter e do Jornal da Correio. A Assessoria de Comunicação da Fundação também conta vitórias nos veículos impressos: foram quatro matérias em menos de três meses, abordando o trabalho de outros projetos institucionais de cuidado do meio ambiente, acesso à moradia e geração de renda.



Perfis da Fundação no Orkut, no Facebook e no Twitter: convergência de mídias para melhoria da comunicação

Como é estagiar na Fundação Margarida Maria Alves?

A seleção 2010 para estagiário(a) de Direito da Fundação Margarida Maria Alves foi a mais concorrida de sua história: teve 115 inscritos (as) e 67 concorrentes para apenas uma vaga, ocupada por Marcus Paulo de Medeiros Linhares, estudante do 6º período da Unipê, com 19 anos. O programa começou em 1999 e, desde então, tem crescido e despertado o interesse dos estudantes, atingindo, exatamente, as metas da Fundação quando da criação desta oportunidade.

Mas, como é trabalhar no terceiro setor? Para Renata Gambarra, também estagiária aos 19 anos, entre 2008 e 2009, a Fundação foi o seu primeiro emprego, a primeira oportunidade de aprender, na prática, o funcionamento de uma ONG. Como, em geral, os estudantes de Direito estagiam em escritórios de advocacia, primeiramente, acabam não procurando outras possibilidades. E é exatamente esta outra possibilidade que a Fundação procura ser. Para Renata, a experiência na Fundação foi importantíssima.



Marcus e Kristina são os atuais estagiários da Fundação

Marcus soube da seleção pelo Twitter e se candidatou porque tem interesse pelos trabalhos sociais, principalmente aqueles voltados para a defesa dos Direitos Humanos. “Eu me interessei pelo Curso de Formação de Juristas porque está diretamente ligado à prática do Direito, o que é muito importante”. Além disso, ele está bastante satisfeito com a experiência: “este é um trabalho sério, que rende muitos frutos. Espero que continue assim por muito tempo”. Enquanto muitos disputam para entrar na Fundação, Kristina Hallmann chegou por acaso. Foi o Professor Dr. Stephan Sandkoetter, da Universidade de Vechta, na Alemanha, que a apresentou à entidade. Stephan é professor visitante na UFPB e promove o intercâmbio entre os alunos de sua cidade e os da UFPB. Kristina cursa Ciências Sociais e se interessou, logo de início, pela proposta do Curso de

Juristas Populares porque acredita que a informação é muito importante, sobretudo quando se trata dos Direitos Humanos. “Espero levar alguns aspectos para meu trabalho final da Universidade”, afirma.

Curso de Juristas é tema de trabalho no VI Encontro Nacional da ANDHEP

Renata Patrícia Gambarra, ex-estagiária da Fundação, levou sua experiência no Curso de Formação de Juristas Populares para o VI Encontro Nacional da Associação Nacional de Direitos Humanos (ANDHEP), em Brasília. Renata apresentou um banner sobre a aplicação de metodologias de educação jurídico popular, em

geral, colocando o sucesso do Curso de Juristas como foco principal.

O evento aconteceu entre 16 e 18 de setembro.

Acontece

Outubro

16 - Encontro Introdutório do Curso de Formação de Juristas Populares;



17 - Oficina de Capacitação Jurídica em Santa Rita;
19 - Via Sacra do Meio Ambiente em Bayeux;
24 - Via Sacra do Meio Ambiente em João Pessoa

Novembro

4 - Projeto Pescando Lixo em Forte Velho;
6 - Oficina de Cidadania e Direitos Humanos;
11 - Oficina de Políticas Públicas e Controle Social

Dezembro

3 e 4 - Avaliação da Rede de Juristas Populares;
10 - Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos;
11 - Oficina de Gênero;
18 - Oficina de Redação

